



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1882217 - SP (2021/0120789-0)**

**RELATORA** : **MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**  
**AGRAVANTE** : BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.  
**AGRAVANTE** : BANESPREV FUNDO BANESPA DE SEGURIDADE SOCIAL  
**ADVOGADOS** : ANA RITA DOS REIS PETRAROLI - SP130291  
MARCO ANTONIO BEVILAQUA - SP139333  
JULIANO NICOLAU DE CASTRO - SP292121  
PAULO FERNANDO DOS REIS PETRAROLI - SP256755  
**AGRAVADO** : SANDRA CRISTINA ALONSO GUIMARÃES  
**ADVOGADOS** : EVANDRO FERREIRA SALVI - SP246470  
CLEITON JOSÉ DO CARMO - SP441851

### DECISÃO

Cuida-se de pedido de liminar, formulado pelo BANCO SANTANDER, para fins de concessão de efeito suspensivo no agravo em recurso especial interposto.

Alega, em suma, que (fl. 143-156):

*Ora, é justamente por ser a verba alimentar, a qual é, por lei, irrepetível, é que deve ser imposta à Agravada/Exequente a prestação de caução, já que, uma vez recebido qualquer valor, em execução ainda provisória e que, muito provavelmente apta à reforma, conforme demonstração em tópico anterior, não poderá o Executado receber a devolução do valor pago.*

*Daí, vê-se que a verba a pagar é irrepetível e não há reversibilidade da medida.*

*Portanto, a correta valoração jurídica aos pressupostos fáticos e probatórios encerrados nos autos e expressamente reconhecidos no próprio acórdão recorrido não ultrapassam os limites impostos da súmula 7 desta corte, tratando-se, como, exaustivamente demonstrado, de qualificação jurídica deles.*

O Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo assim se pronunciou sobre a presente controvérsia (fl. 76):

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO  
PREVIDÊNCIA PRIVADA  
CUMPRIMENTO PROVISÓRIO DE  
SENTENÇA IRRESIGNAÇÃO CONTRA  
DECISÃO QUE DETERMINOU QUE OS  
EXECUTADOS EFETUEM A IMEDIATA  
IMPLEMENTAÇÃO DA PLR NOS  
PAGAMENTOS VINCENDOS DO  
BENEFÍCIO DA EXEQUENTE SEM  
NECESSIDADE DE CAUÇÃO  
INVIABILIDADE DA SUSPENSÃO DO  
CUMPRIMENTO DE SENTENÇA PARA  
AGUARDAR O TRÂNSITO EM JULGADO  
DA CONDENAÇÃO DIANTE DE  
RECURSO ESPECIAL PENDENTE DE  
JULGAMENTO AUSÊNCIA DE NOTÍCIA  
DE EFEITO SUSPENSIVO  
DESNECESSIDADE DE CAUÇÃO ART.  
521, INC. I, DO CPC DECISÃO MANTIDA  
RECURSO DESPROVIDO.

Interposto recurso especial, foi inadmitido (fls. 263-265), o que deu ensejo à interposição do agravo em recurso especial.

É, no essencial, o relatório. Decido.

De acordo com o art. 300 do CPC, a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. Ou seja, o deferimento do pedido de tutela provisória de urgência exige a presença simultânea de dois requisitos autorizadores: o *fumus boni iuris*, caracterizado pela relevância jurídica dos argumentos apresentados no pedido, e o *periculum in mora*, consubstanciado na possibilidade de perecimento do bem jurídico objeto da pretensão resistida.

Na espécie, a parte requerente deixou de demonstrar o *periculum in mora*, não tendo desenvolvido nenhuma argumentação sobre a necessidade concreta e urgente de concessão do efeito suspensivo ao recurso interposto, que justifique a atuação em regime de plantão.

Não obstante a fundamentação sustentada pela requerente, o fato é que seu exame encontra-se atrelado ao próprio mérito do recurso, e, diante da natureza satisfativa do pleito, sua análise pormenorizada compete ao Colegiado, não sendo, pois, passível de exame/concessão em sede de cognição sumária. Outrossim, não obstante a alegação de riscos de ocorrência de atos de execução do julgado, tal argumentação não se mostra suficiente para a configuração de risco de dano jurídico irreversível (nesse sentido: RCD na AR 5.879/SE, de minha relatoria, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 26/10/2016, DJe 08/11/2016).

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI  
Vice-Presidente, no exercício da Presidência